



**COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO
DE CIDADÃOS INADAPTADOS DA GUARDA**

Anexo do Exercício de 2022

ANEXO**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO****1.1. Denominação da Entidade:**

CERCIG – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Guarda, CRL,
NIPC 500 697 930

1.2. Lugar da Sede Social:

Parque da saúde da Guarda, 6300-996 Guarda

1.3. Natureza da atividade:

Instituição sem fins lucrativos (Cooperativa) com utilidade pública reconhecida que protagoniza a sua intervenção junto dos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência e/ou problemas de inserção socioprofissional), a fim de defender os seus direitos individuais e de cidadania, designadamente para a promoção do direito à igualdade de oportunidades e melhoria da sua qualidade de vida.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes,

características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2022 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2021.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor nominal.

Inventários

- Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais” e são

reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

- Financiamentos Obtidos (empréstimos)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

- Princípio do Acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros créditos a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.



3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros activos tangíveis:						
* Terrenos e recursos naturais	20 664,75 €	- €	20 664,75 €	12 469,95 €	- €	12 469,95 €
* Edifícios e outras construções	3 677 612,08 €	1 695 997,10 €	1 981 614,98 €	3 677 612,08 €	1 591 958,69 €	2 085 653,39 €
* Equipamento básico	891 069,86 €	773 884,56 €	117 185,30 €	891 069,86 €	746 122,60 €	144 947,26 €
* Equipamento de transporte	460 328,62 €	403 221,39 €	57 107,23 €	418 181,80 €	397 083,15 €	21 098,65 €
* Equipamento administrativo	159 203,07 €	158 355,26 €	847,81 €	159 203,07 €	157 030,40 €	2 172,67 €
* Outros activos fixos tangíveis	2 047,53 €	2 047,53 €	- €	2 047,53 €	2 047,53 €	- €
* Investimentos em Curso	412 541,32 €	- €	412 541,32 €	359 193,22 €	- €	359 193,22 €
Total.....	5 623 467,23 €	3 033 505,84 €	2 589 961,39 €	5 519 777,51 €	2 894 242,37 €	2 625 535,14 €

Os investimentos em curso referem-se maioritariamente à aquisição em 2018 do imóvel do Centro Social e Paroquial de Maçainhas, ao ERPI de Maçainhas, às Unidades Residenciais Casa do Caseiro e instalação guia elétrica do Picadeiro, obras em curso no final de 2022.

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2021	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2022
Outros ativos tangíveis:								
* Terrenos e recursos naturais	12 469,95 €	8 194,80 €	- €	- €	- €	- €	- €	20 664,75 €
* Edifícios e outras construções	2 085 653,39 €	- €	- €	- €	104 038,41 €	- €	- €	1 981 614,98 €
* Equipamento básico	144 947,26 €	- €	- €	- €	27 761,96 €	- €	- €	117 185,30 €
* Equipamento de transporte	21 098,65 €	42 146,82 €	- €	- €	6 138,24 €	- €	- €	57 107,23 €
* Equipamento administrativo	2 172,67 €	- €	- €	- €	1324,86 €	- €	- €	847,81 €
* Outros activos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
* Investimentos em curso	359 193,22 €	53 348,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	412 541,32 €
Total.....	2 625 535,14 €	103 689,72 €	- €	- €	139 263,47 €	- €	- €	2 589 961,39 €

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

No final do exercício de 2022 e para efeitos de financiamento bancário contraído na CCAM, no valor de 800.000 euros, relacionado especificamente com as obras na ERPI de Maçainhas, foi constituída hipoteca voluntária do imóvel prédio urbano, constituído por um edifício de rés-do-chão, e dois andares, com logradouro, sito na Rua Envolvente ao Parque Municipal, Parques de Saúde da Guarda, freguesia e concelho da Guarda, descrito na Conservatória de Registo Predial da Guarda com o n.º 3471 e inscrito na matriz predial urbano com o artigo 7850, existindo assim restrições à titularidade de tal ativo fixo tangível da Instituição. Em 31/12/2022 o saldo em dívida do financiamento bancário contraído é de 800.000,00 euros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b) **Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

Rubricas	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Quantia Bruta	Amortizações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projectos de desenvolvimento	780,50 €	780,50 €	0,00 €	780,50 €	780,50 €	0,00 €
Programas de computador	8.913,73 €	8.913,73 €	0,00 €	8.913,73 €	8.913,73 €	0,00 €
Total	9.694,23 €	9.694,23 €	0,00 €	9.694,23 €	9.694,23 €	0,00 €

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2021	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas imparidade	Quantia escriturada 31/12/2022
Projectos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) **Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;**

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. IMPARIDADE DE ATIVOS

6.1. Para cada classe de ativos:

a) **Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);**

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Outros devedores	24 600,00	0,00	0,00	24 600,00
Totais	24 600,00	0,00	0,00	24 600,00

b) **Quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período (com indicação da linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);**

A demonstração de resultados apresenta em 2020 o montante global de 24.600 euros de perdas por imparidade de dívidas de outros créditos e ativos não correntes.

A rubrica de outros créditos e ativos não correntes do balanço apresentava o montante de 24.600 euros relacionado com a dívida a receber resultante de adiantamentos a fornecedores de investimento com elevada antiguidade. No final de 2020 a instituição tinha esgotado todas as possibilidades de cobrança no sentido de receber tais dívidas, pelo que o Conselho de Administração entendeu a necessidade de resolver tal situação reconhecendo uma perda por imparidade pelo valor total.

A rubrica de clientes e utentes englobam no final do exercício de 2022 saldos referentes a dívidas de clientes com antiguidade superior a um ano. No presente exercício não foram constituídas nem reforçadas as perdas por imparidade para dívidas de clientes de cobrança duvidosa e de conta corrente com antiguidade em virtude da forte expectativa da instituição em receber tais dívidas, continuando os serviços administrativos, financeiros e jurídicos da empresa a intentar os devidos procedimentos de cobrança dos mesmos, situação que se irá reforçar no presente exercício, pelo que é expectativa do Conselho de Administração que a maioria daqueles saldos respeitem a valores cuja expectativa de realização ainda se mantém, definindo-se o limite temporal do final do ano de 2023 para a recuperabilidade dos saldos de clientes em causa, findo o qual serão reconhecidas as imparidades que eventualmente se mostrem devidas.

Em 31 de Dezembro de 2022 não existem mais situações objetivas e relevantes de reconhecimento de perdas por imparidade dos ativos apresentados no balanço.

7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Rubricas	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	9 031,85 €	- €	9 031,85 €	4 437,60 €	- €	4 437,60 €
Total	9 031,85 €	- €	9 031,85 €	4 437,60 €	- €	4 437,60 €

Movimentos	Mercadorias	Mat.-primas, subsid. consumo
Inventários iniciais	- €	4 437,60 €
Compras	23 910,52 €	11 982,76 €
Regularização de inventários	- €	- €
Inventários Finais	- €	9 031,85 €
Gasto do período.....	23 910,52 €	7 388,51 €

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, recebidos e a receber de sua própria conta. Quando aplicável, as quantias cobradas por conta de terceiros são excluídas do rédito.

8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021	Varição
Vendas de bens	16 994,79 €	22 352,02 €	-5 357,23 €
Prestação de serviços	294 619,86 €	250 527,41 €	44 092,45 €
Juros	158,81 €	312,06 €	-153,25 €
Total.....	311 773,46 €	273 191,49 €	38 581,97 €

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Provisões	Saldo inicial	Diminuição (utilização)	Aumento	Reversão	Saldo final
Pensões					- €
Impostos					- €
Garantias a clientes					- €
Processos judiciais em curso					- €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					- €
Matérias ambientais					- €
Contratos Onerosos					- €
Reestruturação					- €
Outras provisões					- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Em 31/12/2022 não se verifica nenhum passivo contingente.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Outros variações nos fundos patrimoniais	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Subsídios ao investimento	1.032.726,43 €	3.685.293,83 €	48.646,02 €	4.669.374,24 €
Total.....	1.032.726,43 €	3.685.293,83 €	48.646,02 €	4.669.374,24 €

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos financeiros, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Instituição considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

A Instituição teve aprovado e em curso um projeto de investimento para a construção de um edifício novo e aquisição de equipamentos (Lar Residencial), o qual tem subjacente um subsídio não reembolsável ajustado de 663.991,63 euros, que cumprindo os requisitos estabelecidos no capítulo 14 da NCRF-ESNL, foi contabilizado como componente o fundo patrimonial.

Está também considerado no fundo patrimonial um subsídio não reembolsável no montante de 75.000 euros relacionado com investimento iniciado no exercício de 2013, consubstanciado na construção de um centro especial de emprego, aprovado pela iniciativa comunitária Programa Operacional Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha (POCTEP), no âmbito do projeto “RED AMBASAGUAS”.

No exercício de 2013 foram também reconhecidos nesta conta de subsídios ao investimento dos Fundos Patrimoniais dois contratos relacionados com candidaturas da Instituição ao Programa Energia do PO Centro – Mais Centro, para efeitos de melhoria da utilização racional da energia e eficiência energética ambiental em equipamentos coletivos. Tais intervenções foram efetuadas no edifício Sede e no Bloco E – CRP e respeitam a investimento ao nível de painéis solares, iluminação e certificação energética. O total ajustado das comparticipações aprovadas cifra-se em 171.337,96€, valor já recebido na totalidade em anos anteriores.

Para além destes subsídios, estão reconhecidos no fundo patrimonial sete subsídios provenientes de investimentos realizados e recebidos integralmente em anos transatos.

No exercício de 2022 foram reconhecidos três subsídios ao investimento no montante global de 3.654.213,11 euros relacionados com candidaturas da Instituição para as seguintes intervenções: ERPI Maçainhas (1.184.928€); Alojamento Urgente e Temporário (1.056.105,11€) e Habitação Colaborativa (1.413.180€) Estes investimentos serão iniciados no decorrer do presente exercício.

No corrente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 48.646,02€ euros, ficando a rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais – Subsídios” a apresentar um valor de 4.669.374,24 euros.

Foram ainda reconhecidos na demonstração de resultados do corrente exercício 2.031.276,46€ euros de subsídios relacionados com a exploração da Instituição, relacionados com as entidades descritas no ponto 10.3 seguinte.

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

10.3. Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)

- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IAPMEI
- POCTEP
- Município da Guarda (RSI)

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros, nomeadamente as rubricas de Créditos a receber, Fornecedores, Outros passivos correntes, Financiamentos obtidos e investimentos financeiros, encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

11.2. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.

A rubrica de outros créditos e ativos não correntes do balanço inclui 24.600 euros relacionados com dívidas a receber resultantes de adiantamentos a fornecedores de investimentos, com elevada antiguidade e cujo risco de incobrabilidade, sendo então definido que a sua duração residual seja superior a um ano.

11.3. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;

- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

Ver notas seguintes.

11.4. A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

11.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos financeiros e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Créditos a receber - não corrente	4 620 814,64 €	24 600,00 €	4 596 214,64 €	304 267,65 €	24 600,00 €	279 667,65 €
Clientes e utentes (créditos a receber)	53 836,03 €	- €	53 836,03 €	44 447,24 €	- €	44 447,24 €
Créditos a receber - corrente	397 178,02 €	- €	397 178,02 €	468 012,24 €	- €	468 012,24 €
Total do Activo.....	5 071 828,69 €	24 600,00 €	5 047 228,69 €	816 727,13 €	24 600,00 €	792 127,13 €
Passivos						
Fornecedores	41 684,43 €	- €	41 684,43 €	64 098,06 €	- €	64 098,06 €
Outros passivos correntes	290 906,31 €	- €	290 906,31 €	265 714,64 €	- €	265 714,64 €
Total do Passivo.....	332 590,74 €	- €	332 590,74 €	329 812,70 €	- €	329 812,70 €

11.4.2. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Financiamentos obtidos» do passivo, apresentava a seguinte decomposição:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos a longo prazo	0,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Em dezembro de 2022 foi contraído um financiamento de médio e longo prazo com maturidade a quinze anos e com um período de carência de dois anos, começando a ser reembolsado em janeiro de 2025 e terminando em dezembro de 2037. O referido passivo financeiro vence juros a taxas de mercado, tendo sido contratualizado com um spread de 1%, acrescido da Euribor a 6 meses.

11.4.3. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Rubrica	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Outros Investimentos Financeiros						
* Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	816,35 €	- €	816,35 €	816,35 €	- €	816,35 €
* Fundo Compensação do Trabalho	15 216,21 €	- €	15 216,21 €	15 709,80 €	- €	15 709,80 €
Total.....	16 032,56 €	- €	16 032,56 €	16 526,15 €	- €	16 526,15 €

11.4.4. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	7 909,90 €	7 626,21 €
Depósitos à ordem	2 065 517,93 €	1 166 987,97 €
Depósitos a prazo	508 500,00 €	379 500,00 €
Total.....	2 581 927,83 €	1 554 114,18 €

A instituição é titular de uma conta bancária na CGD a qual não tem reflexo nos registos contabilísticos por respeitar a valores de utentes à guarda da CERCIG cuja gestão e movimentação é efetuada por técnica responsável.

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários durante o período foi de 77, enquanto que em 2021 foi de 79. Em 31/12/2022 o número de colaboradores era de 77. O órgão diretivo (Conselho de Administração) é constituído por cinco elementos, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações do Pessoal	872 267,92 €	989 992,17 €
Encargos sobre remunerações	373 509,57 €	206 686,57 €
Seguros de acidentes de trabalho	10 926,26 €	11 298,01 €
Outros gastos com o Pessoal	6 594,61 €	34 962,57 €
Total.....	1 263 298,36 €	1 242 939,32 €

12.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

12.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:**a) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.**

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 6 de março de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Os anos de 2020 e 2021 e ainda 2022 foram marcados por grandes alterações de estilo de vida pessoal e profissional a que a Instituição soube rapidamente adaptar-se, para saúde e segurança de todos os seus profissionais. Implementaram-se, para além de novas medidas básicas de desinfeção e higiene individual no contexto da pandemia COVID-19, uma série de alterações estruturais, como por exemplo uma reorganização dos horários de trabalho ou a disseminação da prática de teletrabalho quando possível. Por outro lado a pandemia veio indubitavelmente aumentar os gastos da Instituição, nomeadamente quer no que se refere a equipamentos e consumíveis de EPI (equipamentos de proteção individual) quer ao nível da higienização periódica de equipamentos e instalações.

Neste sentido a Direção entende que apesar dos potenciais impactos decorrentes do aparecimento e agravamento da pandemia COVID-19, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

Destaca-se ainda que a inexistência de efeitos significativos ao nível das áreas das contas sujeitas a julgamento e incerteza de estimativa, nomeadamente, entre outras: mensurações ao justo valor; imparidades de ativos; avaliação das perdas esperadas nos créditos; mensuração e reconhecimento do rédito; e requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras. Também não se verificaram quaisquer incumprimentos contratuais, de contratos onerosos e planos de reestruturação.

Influenciando as contas de 2022, verificamos desde fevereiro de 2022 condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia, nomeadamente o aumento consecutivo dos preços dos combustíveis, eletricidade e dos bens alimentares e de higiene e limpeza, entre outros, dado a elevada taxa de inflação. Nestes termos, a Instituição irá continuar a analisar e promover medidas que possam mitigar este impacto contínuo de custos.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS**14.1. Situação tributária e contributiva**

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. OUTRAS DIVULGAÇÕES**15.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.****15.1.1. Diferimentos**

A conta de diferimentos engloba gastos com seguros e outros gastos a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período de 2023, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios) e de forma consistente com os exercícios transatos.

Relativamente à rubrica de diferimentos do passivo corrente, refere-se a subsídios à exploração quanto a termos de aceitação de candidaturas que vão ser reconhecidos em rendimentos em anos futuros, de forma balanceada com os respetivos gastos relacionados e a incorrer também nesses exercícios, na sequência do âmbito plurianual dos mesmos e de acordo com o princípio do acréscimo.

15.1.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o valor acrescentado	4 485,45 €	- €	4 485,45 €	7 892,46 €	- €	7 892,46 €
Total do activo.....	4 485,45 €	- €	4 485,45 €	7 892,46 €	- €	7 892,46 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Retenção de impostos s/ rendimento	8 359,00 €	- €	8 359,00 €	6 768,00 €	- €	6 768,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €	- €	1 171,98 €	- €	1 171,98 €
Contribuições p/ Segurança Social	25 099,38 €	- €	25 099,38 €	23 018,00 €	- €	23 018,00 €
FCT	306,28 €	- €	306,28 €	328,00 €	- €	328,00 €
Total do passivo.....	33 764,66 €	- €	33 764,66 €	31 285,98 €	- €	31 285,98 €

15.1.3. Outros gastos / Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as rubricas da demonstração de resultados de «Outros gastos» e «Outros rendimentos» apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Outros gastos		
* Impostos	1.434,67 €	2.840,62 €
* Descontos de pronto pagamento concedidos	4,92 €	- €
* Correções relativas a períodos anteriores	434,11 €	2,81 €
* Donativos	688,28 €	860,00 €
* Quotizações	1.452,00 €	1.500,00 €
* Multas e penalidades	- €	96,46 €
* Subsídios, donativos, bolsas de estudo	153.511,53 €	118.859,70 €
* Outros não especificados	683,44 €	- €
Total.....	158.208,95 €	124.159,59 €
Outros rendimentos		
* Correções relativas a períodos anteriores	9.784,43 €	5.156,26 €
* Imputação de subsídios ao investimento	48.646,02 €	44.969,52 €
* Restituição de impostos	4.530,70 €	1.276,50 €
* Outros não especificados	3.725,04 €	3.687,04 €
Total.....	66.686,19 €	55.089,32 €

15.1.4. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e serviços externos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AS', 'HR', and 'DM'.

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2022	31/12/2021	Variação
Serviços Especializados			
* Trabalhos Especializados	237 399,12 €	206 576,28 €	30 822,84 €
* Honorários	66 915,60 €	67 553,20 €	- 637,60 €
* Comissões	136,32 €	- €	136,32 €
* Conservação e Reparação	57 768,10 €	37 798,42 €	19 969,68 €
Materiais			
* Ferramentas e ut. desg. rápido	25 163,59 €	19 600,28 €	5 563,31 €
* Material de escritório	3 063,70 €	3 355,47 €	- 291,77 €
* Artigos para oferta	1 134,00 €	672,31 €	461,69 €
Energia e Fluidos			
* Electricidade	37 571,55 €	27 733,19 €	9 838,36 €
* Combustíveis	73 624,61 €	35 695,98 €	37 928,63 €
* Água	8 523,69 €	4 058,17 €	4 465,52 €
* Gás	37 934,40 €	29 409,04 €	8 525,36 €
* Outros	36,40 €	- €	36,40 €
Deslocações, estadas e transportes			
* Deslocações e estadas	5 022,56 €	8 804,74 €	- 3 782,18 €
Serviços diversos			
* Rendas e alugueres	- €	121,95 €	- 121,95 €
* Comunicação	3 602,06 €	3 289,11 €	312,95 €
* Seguros	14 629,82 €	12 111,99 €	2 517,83 €
* Limpeza, higiene e conforto	34 878,38 €	31 808,85 €	3 069,53 €
* Vestuário e Calçado de Utentes	2 553,32 €	120,37 €	2 432,95 €
* Encargos de Saúde	24,09 €	74,75 €	- 50,66 €
* Inscrição em Provas / Jogos	45,00 €	2,50 €	42,50 €
* Aulas de Hipoterapia CAO	10,50 €	- €	10,50 €
* Colónia Férias LR	2 100,00 €	- €	2 100,00 €
* Outros Encargos com os Utentes	7 522,39 €	- €	7 522,39 €
* Outros Serviços	3 400,00 €	3 631,14 €	- 231,14 €
Total.....	623 059,20 €	492 417,74 €	130 641,46 €

15.1.5. Indicação do número médio de utentes por valências, no exercício:

Valências	Nº Médio de Utentes
VE - Valência Educativa	6
CACI I - Centro de Atividades e capacitação para a Inclusão	30
CACI II - Centro de Atividades e capacitação para a Inclusão	30
FP - Formação Profissional	36
CRI - Centro Recursos Inserção	190
ATL - Atividades Tempos Livres	6
RSI - Rendimento Social de Inserção	470
IP - Intervenção Precoce	75
SAD - Serviço Apoio Domiciliário	15
Residência Autónoma Feminina	5
Residência Autónoma Masculina	5
Lar Residência e Residência Autónoma	29
Residências de Apoio à Formação	17
POAPMC	684
Total.....	1598

Guarda, 6 de março de 2023

O Contabilista Certificado,



CC nº 7086

O Conselho de Administração,

Jorge António Braga
Maria de Fátima de Almeida Morais

Miguel Luís Gomes Pereira

Paula Maria Martins Machado Abreu Teófilo

Pedro António Duarte

